



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

---

*Documento de sessão*

---

10.9.2013

B7-0425/2013

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

apresentada na sequência de uma declaração da Vice-Presidente da Comissão /  
Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de  
Segurança

nos termos do artigo 110.º, n.º 2, do Regimento

sobre a situação na Síria  
(2013/2819(RSP))

**Fiorello Provera, Nigel Farage, Bastiaan Belder, Magdi Cristiano Allam,  
Mara Bizzotto, Lorenzo Fontana, Jaroslav Paška, Rolandas Paksas**  
em nome do Grupo EFD

RE\1002458PT.doc

PE519.265v01-00

**PT**

*Unida na diversidade*

**PT**

**B7-0425/2013**

**Resolução do Parlamento Europeu sobre a situação na Síria  
(2013/2819(RSP))**

*O Parlamento Europeu,*

- Tendo em conta as suas resoluções anteriores sobre a Síria, em particular as de 16 de fevereiro<sup>1</sup> e 13 de setembro de 2012<sup>2</sup> e a de 23 de maio de 2013<sup>3</sup>,
  - Tendo em conta o Protocolo de Genebra, assinado em 1925, que proíbe a utilização de armas químicas em conflitos armados,
  - Tendo em conta a Convenção sobre Armas Biológicas, que abriu para assinatura em 1972 e entrou em vigor em 1975,
  - Tendo em conta a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre a sua Destruição, assinada em 1993,
  - Tendo em conta a declaração do chefe da luta contra o terrorismo da UE, Gilles de Kerckhove, de 19 de junho de 2013, sobre «combatentes estrangeiros» europeus na Síria,
  - Tendo em conta a declaração de Carla del Ponte, membro da Comissão Internacional Independente de Inquérito das Nações Unidas sobre a Síria, de 5 de maio de 2013, sobre armas químicas utilizadas pelos terroristas islâmicos na Síria,
  - Tendo em conta o artigo 110.º, n.º 2, do seu Regimento,
- A. Considerando que, em 21 de agosto de 2013 centenas de civis sírios – incluindo mulheres e crianças – foram mortos num ataque com armas químicas em cidades a leste de Damasco;
- B. Considerando que está em curso um inquérito das Nações Unidas aos massacres na Síria e que, que, uma vez concluído, será entregue um relatório ao Secretário-Geral das Nações Unidas, que comunicará os resultados aos 193 Estados membros e aos 15 membros do Conselho de Segurança;
- C. Considerando que o mandato da equipa da ONU na Síria visa investigar a alegada utilização de armas químicas em vários incidentes na Síria no início deste ano;
- D. Considerando que, em 29 de agosto de 2013, a Câmara dos Comuns britânica recusou a aprovação de uma intervenção militar na Síria;
- E. Considerando que, em 31 de agosto de 2013, o Presidente dos EUA, Barack Obama,

---

<sup>1</sup> Textos aprovados, P7\_TA(2012)0057.

<sup>2</sup> Textos aprovados, P7\_TA(2012)0351.

<sup>3</sup> Textos aprovados, P7\_TA(2013)0223.

anunciou que tinha decidido lançar intervenções punitivas, limitadas, contra a Síria, em resposta aos ataques com armas químicas ocorridos em Damasco em 21 de agosto, mas acrescentou que solicitaria a aprovação do Congresso antes dessas intervenções;

- F. Considerando que, após três anos de guerra civil, a crise humanitária na Síria mantém-se muito grave, tendo o número de refugiados da Síria aumentado para mais de dois milhões de pessoas – metade delas crianças;
1. Condena veementemente os massacres de civis com armas químicas na Síria; apresenta os seus sentidos pêsames às famílias das vítimas; condena igualmente os assassinios e massacres praticados por ambas as partes desde o início do conflito;
  2. Apela às Nações Unidas para que conclua, o mais depressa possível, um inquérito exaustivo dos massacres na Síria e apure as responsabilidades; Saúda a atividade desenvolvida pela Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a República Árabe da Síria; convida todas as partes no conflito sírio a permitirem o acesso por parte de qualquer comissão de inquérito da ONU;
  3. Opõe-se a qualquer tipo de intervenção armada na Síria;
  4. Sublinha que qualquer utilização da força contra a Síria deve ocorrer apenas no quadro de um mandato consignado numa resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
  5. Salaria que uma intervenção militar punitiva na Síria, mesmo que limitada no tempo e no respetivo âmbito, poderá alargar o conflito à região, com perigosas perspetivas de uma escalada;
  6. Está profundamente preocupado com o facto de as centenas de cidadãos europeus que agora estão a combater como jihadistas com forças rebeldes e grupos ligados à Al-Qaeda na Síria, como o Jabhat al-Nusra, quando regressarem ao seu país de origem, poderem servir-se do respetivo zelo ideológico e da sua experiência de combate para levar outras pessoas a radicalizarem-se e a empreender a jihad;
  7. Considera que a chave para a solução do conflito reside numa solução política alcançada em conjunto com aqueles que estão efetivamente empenhados na transição, assegurando ao mesmo tempo o respeito integral pelos valores universais da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, nomeadamente no que respeita aos direitos das minorias étnicas, culturais e religiosas e aos direitos das mulheres;
  8. Condena a perseguição e o massacre de cristãos e alauitas, a destruição de centenas de igrejas, e os raptos, violações e assassinatos;
  9. Requer a concessão imediata, com especial atenção para os feridos, os refugiados, os deslocados internos, as mulheres e as crianças, de ajuda humanitária a todos os que necessitam dela na Síria;
  10. Exorta a UE e os governos nacionais a tomarem medidas responsáveis, adequadas, de preparação em resposta à deterioração da situação humanitária na Síria;

11. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, à Vice-Presidente da Comissão / Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, aos parlamentos e governos dos Estados-Membros, ao Secretário-Geral das Nações Unidas e a todas as partes envolvidas no conflito na Síria.